

Ministros do STF limitam poderes de Marco Aurélio

Medida é reação negativa à decisão do presidente eleito de afastar aposentados

MARIÂNGELA GALLUCCI

BRASÍLIA – O presidente eleito do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, está obrigado a convocar reuniões administrativas no tribunal toda vez que pelo menos três ministros pedirem. A decisão faz parte da mudança no regimento do tribunal estabelecida em reunião realizada terça-feira.

Essa restrição soma-se a outra decidida na mesma reunião, quando a maioria dos ministros do STF decidiu que o presidente do Supremo não poderá resolver sozinho sobre contratações para preencher os dez cargos administrativos de alto escalão do tribunal. Ele terá de consultar os outros ministros sobre suas escolhas.

O estabelecimento da norma que determina a convocação de reunião administrativa quando solicitada por três ministros do Supremo causou estranheza entre os funcionários de alto escalão do tribunal. Tem sido praxe no STF convocar reuniões administra-

tivas sempre que um ministro solicita, sem necessidade de que essa norma conste no regimento. Nesses encontros fechados, os 11 integrantes do STF discutem principalmente assuntos relacionados a quadro de funcionários e salários.

A decisão da maioria dos integrantes do STF de interferir na autonomia administrativa de Marco Aurélio, por meio da aprovação de uma emenda regimental, provocou uma reação de servidores e juízes. Os funcionários do STF fizeram um abaixo-assinado a favor do presidente eleito.

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) divulgou ontem uma nota oficial manifestando sua divergência contra as decisões tomadas na terça-feira. Na nota, a entidade classifica a emenda do Supremo como “açodada” e diz que configura uma reação dos ministros do STF contra a decisão de Marco Aurélio de afastar os aposentados que ocupam cargos comissionados no tribunal. O pivô da crise é o secretário de serviços integrados de saúde do STF, Célio Menecucci, que é aposentado e ganha ao todo R\$ 17.825,42 por mês. Ele é médico particular de vários ministros do STF.